

Doutrina

O JUDICIÁRIO E O TEMA RECORRENTE

Mauro Pinto Marques

ASPECTOS SIMPLES SOBRE RESIDÊNCIA PERMANENTE E TEMPORÁRIA NO BRASIL E LAÇOS FAMILIARES

Saint-clair Simas Pinheiro

DIREITO E JUSTIÇA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO

Marcio Rodrigo Delfim

OS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E A LICENÇA-MATERNIDADE

Maria Garcia

OS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E A LICENÇA-MATERNIDADE A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E UMA QUESTÃO DE LINGUAGEM

Maria Garcia

AINDA O STATUS DOS TRATADOS SOBRE DIREITOS HUMANOS NO DIREITO BRASILEIRO VARIAÇÃO SOBRE UM MESMO TEMA

Francysco Pablo Feitosa Gonçalves e José Antônio Albuquerque Filho

A CONSTITUIÇÃO E A TEORIA DOS SISTEMAS DE LUHMANN

Marilene Araújo

UMA ANÁLISE SOBRE O (AINDA INCIPIENTE) PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Vitor Gonçalves Machado

NEOCONSTITUCIONALISMO, DERROTABILIDADE E RAZÃO PRÁTICA

Alfonso García Figuerola e Eduardo Ribeiro Moreira

NEOCONSTITUCIONALISMO, DERROTABILIDADE E RAZÃO PRÁTICA

Alfonso García Figuerola e Eduardo Ribeiro Moreira

EM DEFESA DA CONVERGÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ASPECTOS MATERIAIS

Breno Baía Magalhães

A COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA E A DESIGUALDADE COMPENSADORA COMO MANDAMENTO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E IMPERATIVO DO DIREITO INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO

Maurilio Casas Maia

SOCIABILIDADE HORIZONTAL: a eficácia dos direitos fundamentais sociais nas relações entre particulares

Jairo Néia Lima

FISCALIZAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE: modelos e evolução

Peter Panutto

EFEITOS DA DECISÃO CONCESSIVA NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

Erik Noleta Kirk Palma Lima

O DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO FRENTE AO BENEFÍCIO DA PENSÃO POR MORTE EM RELAÇÃO AO DEPENDENTE ESTUDANTE MAIOR DE 21 ANOS

Milton De Oliveira Ruiz Junior

OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS

Patricia Micheli Folador

O NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA SOB A PROTEÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO CONFORME O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (2.ª PARTE)

Célia Rosenthal Zisman

ESTADO DE SEGURANÇA E POLÍCIA NO BRASIL UMA ABORDAGEM CONSTITUCIONAL DE DIREITOS E DO DIREITO DE GREVE

Luigi Bonizzato e Carlos Bolonha, Máira Almeida e Henrique Rangel

DEVERES COMO CONDIÇÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS

Julio Pinheiro Faro

POR UMA CONSTITUIÇÃO PARA ALÉM DO ESTADO: o dilema europeu

Gabriela Soares Balestero

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

SAÚDE PÚBLICA - Ressarcimento de despesas hospitalares decorrentes de internação em hospital privado ante a ausência de leitos públicos - Admissibilidade - Direito à promoção, proteção e recuperação da saúde que é dever do Estado - Inteligência do art. 196 da CF/1988.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SAÚDE PÚBLICA - Fornecimento gratuito de medicamentos para o tratamento de "insuficiência cardíaca" - Admissibilidade - Proteção à saúde, principalmente das pessoas carentes, que é dever do Estado - Medicação prescrita pelo médico, ademais, que não pode ser substituída por genéricos ou similares - Inteligência do art. 196 da CF/1988.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - Inocorrência - Ação civil pública - Meio Ambiente - Dano ambiental - Demanda ajuizada contra Município por omissão de fiscalização e controle do uso de área de preservação permanente ocupada irregularmente - Ente público que tem o dever de polícia no âmbito local e deixou de agir quando necessário para evitar danos ao ambiente - Inteligência do art. 30, VIII, da CF/1988.
